

Fiúza manipulou US\$ 611 milhões em verba federal

Quando ministro, parlamentar liberou recursos para 835 emendas de sua própria autoria

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) incluiu no Orçamento de 1992 835 emendas, no valor de US\$ 611 milhões, verba que ele mesmo liberou ao assumir o Ministério da Ação Social. O levantamento das emendas foi concluído ontem no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que precisou aumentar a memória de seus computadores para dar conta do trabalho. "Já temos elementos mais do que suficientes para convocar outra vez o deputado Fiúza", anunciou o coordenador da subcomissão de assuntos patrimoniais da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

Segundo Bisol, as investigações da subcomissão mostraram sinais do poder de Fiúza no esquema do Orçamento. O senador afirmou que a CPI também já tem como comprovar que o Orçamento de 1992 foi alterado depois de sua votação pelo Congresso, de acordo com as denúncias feitas na época. Fiúza foi indicado para substituir o deputado João Alves (PPR-BA) e fechar o Orçamento para aquele ano. Depois de realizar o trabalho, foi nomeado ministro da Ação Social, no lugar de Margarida Procópio, que deixou a pasta quando começaram a surgir as denúncias sobre o chamado Esquema PC.

O coordenador da subcomissão de patrimônio afirmou ainda que, entre as emendas acrescidas ao Orçamento por Fiúza de forma irregular, foram encontrados diversos exemplos de prefeituras que sequer receberam as verbas a elas destinadas. Bisol informou também que o acréscimo de despesas decorrentes das emendas feitas pela máfia do Orçamento em 1992 chegou a US\$ 20 bilhões. Desse total, US\$ 7 bilhões se referem só às emendas de Fiúza. Bisol disse que em seu relatório para a CPI vai sugerir a criação de um sistema de acompanhamento da execução orçamentária pela sociedade, que vai chamar de "terminal para a cidadania".